



**Município da Marinha Grande**  
Câmara Municipal

Reunião extraordinária da  
Câmara Municipal da Marinha  
Grande realizada no dia  
26/01/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 04

Reunião extraordinária da  
Câmara Municipal da Marinha  
Grande realizada no dia  
26/01/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 04

Aos vinte e seis dias do mês de janeiro de dois mil e dezasseis, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Paulo Jorge Campos Vicente, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Dulce Lopes Neves;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O Sr. Vereador **António Manuel Jesus Ferreira dos Santos** esteve ausente, tendo sido substituído pela 5.ª candidata na lista do PSD, **Dr.ª Dulce Lopes Neves**, nos termos da justificação constante na ata da reunião ordinária do dia 21/01/2016.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### ORDEM DO DIA

1. **P.A. N.º 48/2015-AP/DISU - "RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PRODUZIDOS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE". IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA.**
2. **APROVAÇÃO DO MAPA DE FLUXOS DE CAIXA DA GERÊNCIA ANTERIOR, ANO DE 2015, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 2.6 - ESPECIFICIDADES DO TRATAMENTO CONTABILÍSTICO DAS OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO POCAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO DECRETO - LEI N.º 54-A/99 DE 22 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL**

3. AUMENTO TEMPORÁRIO DE FUNDOS DISPONÍVEIS – AUTORIZAÇÃO, A TÍTULO EXCEPCIONAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 4.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL E DO N.º 2 DO ART.º 6.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL
4. CUMPRIMENTO DO PRECEITUADO NA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 15.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL - DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS EXISTENTES A 31 DE DEZEMBRO DE 2015, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ART.º 15.º DO MESMO DIPLOMA
5. CUMPRIMENTO DO PRECEITUADO NA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 15.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL - DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS EM ATRASO EXISTENTES A 31 DE DEZEMBRO DE 2015, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ART.º 15.º DO MESMO DIPLOMA
6. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ART.º 128.º DO CCP E NOS TERMOS DO PRECEITUADO NO N.º 5 DO ART.º 75.º DA LEI N.º 82-B/2014 DE 31 DE DEZEMBRO, LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO DE 2015.
7. PROGRAMA DE APOIO AO INVESTIMENTO INDUSTRIAL NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**1 - P.A. N.º 48/2015-AP/DISU - "RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PRODUZIDOS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE". IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA.**

A discussão deste ponto iniciou-se com uma breve explicação jurídica do procedimento, efetuada pelo Sr. Dr. Victor Faria e pelo Sr. Dr. Bruno Jorge, do gabinete de advogados que prestam os serviços de patrocínio judiciário da autarquia.

No decurso da referida explicação, foram prestados os esclarecimentos jurídicos suscitados pelos Srs. Vereadores.

**Terminadas as intervenções, o Sr. Presidente agradeceu a presença do Sr. Dr. Victor Faria e do Sr. Bruno Jorge, e colocou a votação a seguinte proposta:**

43 - No âmbito do procedimento de Concurso Público que tem por objeto a “Recolha e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos produzidos no concelho da Marinha Grande” – Processo de Aquisição n.º 48/2015-AP/DISU, veio a concorrente *ECOAMBIENTE – Consultores de Engenharia, Gestão e Prestação de Serviços, S.A./PRAGOSA Ambiente, S.A.* (doravante ECOAMBIENTE/PRAGOSA), nos termos do disposto nos artigos 268.º e 269.º do Código dos Contratos Públicos, apresentar *Impugnação Administrativa* dirigida ao Presidente da Câmara da Marinha Grande.

Importa efetuar o enquadramento legal do procedimento adotado para, antes de mais, aferir da sua admissibilidade.

Tal como resulta do disposto no n.º 1 do artigo 267.º do Código dos Contratos Públicos “*As impugnações administrativas das decisões relativas à formação dos contratos públicos regem-se pelo disposto no presente título e, subsidiariamente, pelo disposto no Código do Procedimento Administrativo.*”.

No restante título do Código dos Contratos Públicos, art.ºs 267.º e seguintes, prevêem-se disposições especiais quanto a decisões impugnáveis, prazos e procedimentos específicos para estas situações. A tudo o que aqui não estiver previsto deve ser aplicado o que dispõe o Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 07.01, em vigor à data do início deste procedimento concursal.

O art.º 267.º do Código dos Contratos Públicos refere-se às impugnações administrativas no geral, não especificando que tipo de impugnações administrativas deve ocorrer para cada situação.

Para efeitos de qualificação da impugnação administrativa devem os impugnantes socorrer-se do que dispõe o Código do Procedimento Administrativo, que prevê dois tipos de impugnação administrativa: a reclamação e o recurso hierárquico.

Este regime, no âmbito do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 07.01, encontra-se estabelecido nos artigos 184.º a 199.º desse diploma legal.

A qualificação da impugnação administrativa é importante por várias razões, mas desde logo para saber a quem deve ser dirigida a impugnação: se para o próprio autor do ato (na reclamação), se para o superior hierárquico do ato (no recurso).

Ora, a impugnante limitou-se a apresentar uma impugnação administrativa sem referir qual a sua natureza, indicando apenas o seu destinatário, o Presidente da Câmara Municipal, o que, como a seguir veremos, não permite a qualificação da impugnação administrativa nem como reclamação nem como recurso hierárquico.

Atendo o disposto no n.º 1 do art.º 36.º do CCP, conjugado com a al. b) do n.º 1 do art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (que se não encontra revogado pelo Código dos Contratos Públicos – alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro), o órgão com competência para a decisão de contratar é a Câmara Municipal, órgão que, depois, tem também competência para a decisão de adjudicação, veja-se ainda artigo 2.º do Programa de Procedimento do Concurso em apreço. Por deliberação da Câmara Municipal, tomada em sua reunião do passado dia 12 de Janeiro de 2016, foi

praticado o ato administrativo que decidiu o procedimento e que poderia ser, agora, objeto de impugnação administrativa.

Se é a Câmara Municipal a autora do ato administrativo, então poderemos estar perante uma Reclamação, a qual, deveria ter sido dirigida ao órgão coletivo, Câmara Municipal, nos termos do n.º 1 do art.º 191.º do CPA, e não ao seu Presidente, como aconteceu.

Por outro lado, considerando que o objeto de impugnação administrativa é a Deliberação deste órgão, tratar-se esta impugnação como um recurso hierárquico, previsto nos art.ºs 193.º e seguintes do CPA, levaria à sua rejeição, nos termos da al a) do n.º 1 do art.º 196.º do CPA, porque este ato não é suscetível de recurso.

Efetivamente, das decisões da Câmara Municipal, enquanto órgão colegial do Município, não é possível recorrer hierarquicamente uma vez que, para efeitos do n.º 1 do art.º 194.º do CPA, não existe *“mais elevado superior hierárquico do autor do ato”*.

Nos termos do n.º 2 do art.º 34.º da Lei n.º 75/2012, de 12 de setembro, diploma que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, apenas existem recursos *“das decisões tomadas pelo presidente da câmara municipal ou pelos vereadores no exercício de competências delegadas ou subdelegadas cabe recurso para a câmara municipal, sem prejuízo da sua impugnação contenciosa.”*

No caso do objeto da impugnação administrativa ser a deliberação do Júri (2.º Relatório Final) já se estará perante um Recurso Hierárquico, contudo, o n.º 2 do artigo 271.º do Código dos Contratos Públicos estabelece que *“O recurso administrativo das deliberações do júri deve ser interposto para o órgão competente, por lei ou por delegação, para a decisão de contratar”*, logo, igualmente teria de ser dirigido para a Câmara Municipal.

Assim, a presente impugnação administrativa, independentemente da qualificação que a impugnante lhe pretendeu dar, apenas poderia ter sido dirigida à Câmara Municipal, e não ao Presidente da Câmara Municipal.

Conforme já referido supra, a Impugnação Administrativa foi dirigida ao Presidente da Câmara da Marinha Grande. Ora, o Presidente da Câmara Municipal possui competência própria no âmbito da contratação pública (cfr. alínea f) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12.09), ainda que limitada ao montante da sua competência para autorizar despesas (cfr. alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 08.06 (que se não encontra revogado pelo Código dos Contratos Públicos – alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro) contudo, face ao valor do Concurso Público em causa, considera-se que a Impugnação Administrativa foi dirigida ao Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande enquanto membro integrante do Órgão Colegial Executivo do Município, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 56.º da Lei n.º 169/99 de 18.09 e enquanto representante do Município (cfr. alínea a) do n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12.09), o que igualmente se alcança se recorrermos subsidiariamente ao artigo 41.º n.º 1, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 07.01 *“quando seja apresentado requerimento, petição, reclamação ou recurso a órgão incompetente, o documento recebido é enviado oficiosamente ao órgão titular da competência (...)”*.

Não obstante o supra exposto, no que concretamente concerne à competência para apreciar a impugnação administrativa em crise, impõe-se qualificar a mesma como Reclamação ou Recurso Hierárquico, pelo que haverá que identificar qual a decisão/deliberação que a impugnante pretende impugnar.

Para tanto, ter-se-á em consideração que, em 07.01.2016 foi produzido pelo Júri do Concurso o 2.º Relatório Final, o qual, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, foi remetido ao órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no art.º 148.º n.º 3 do Código dos Contratos Públicos. Tendo, nessa sequência, em 12.01.2016 a Câmara Municipal da Marinha Grande, depois de examinado o referido processo e concordando com o teor do 1.º e 2.º Relatório Final do Júri, datados, respetivamente, de 09.12.2015 e 07.01.2016, deliberado, por unanimidade, nos termos do art.º 79.º n.º 1 al. b) do Código dos Contratos Públicos e de acordo com o disposto na al. f) do n.º 1 do art.º 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12.09, não adjudicar o contrato objeto do procedimento com referência P.A. n.º 48/2015-AP/DISU – “Recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos produzidos no concelho da Marinha Grande.”

Quer o 2.º Relatório Final quer a deliberação de não adjudicar subsequente foram notificadas às partes em 12.01.2016 via plataforma.

Ora, a impugnante ECOAMBIENTE/PRAGOSA, na impugnação administrativa deduzida, identificou a mesma, em “Assunto” como *“Impugnação Administrativa nos termos do Artigo 268.º e ss. do CCP da decisão de exclusão e proposta de não adjudicação fundamentada no 2º Relatório Final de 7 de Janeiro de 2016”*

Refere ainda no introito que “... tendo sido notificada do 2º Relatório Final vem apresentar **impugnação administrativa** do mesmo, ...” e acaba, a final, por peticionar *“Pelo exposto requer-se a substituição e/ou modificação da decisão de exclusão e da proposta de não adjudicação que atinge a Recorrente, ...”*

E, designadamente nos art.ºs 1.º, 2.º, 4.º, 5.º e 10.º a ECOAMBIENTE/PRAGOSA identifica-se como *“recorrente”*.

Se por um lado e perante todas as evidências se poderá admitir que a impugnante pretende impugnar/recorrer da deliberação do Júri plasmada no 2.º Relatório Final, o certo é que, a mesma, quer sob a epígrafe “Assunto” que no pedido, faz expressa alusão a “decisão de exclusão”, ato do órgão que tem competência para contratar – Câmara Municipal – e não do Júri do Concurso.

Apesar do n.º 2 do art.º 271.º do CCP admitir, genericamente, o recurso administrativo das deliberações do Júri, haverá que conciliar tal disposição legal com a previsão do art.º 269.º do CCP *“1 - São susceptíveis de impugnação administrativa quaisquer decisões administrativas ou outras àquelas equiparadas proferidas no âmbito de um procedimento de formação de um contrato público.*

*2 - As peças do procedimento são também susceptíveis de impugnação administrativa.”* E ainda com o n.ºs 3 e 4 do art.º 148.º do mesmo Diploma Legal, no sentido de que, após o Relatório Final (no caso concreto o 2.º Relatório Final), o processo será remetido ao órgão com competência para contratar para ser produzida decisão, podendo, como sucedeu, serem os concorrentes notificados de ambos ao mesmo tempo.

Importa assim determinar qual a natureza da concreta deliberação da Câmara Municipal que aprovou o relatório final onde se propôs a exclusão proposta do recorrente, o que naturalmente implica a análise do procedimento em que a mesma foi tomada.

A deliberação do júri teve lugar no âmbito de um procedimento de concurso público e na fase de preparação da adjudicação, que vem regulada nos artigos 146º a 148º do Código de Contratos Públicos.

Esta fase compreende a prática dos seguintes atos: a) relatório preliminar: após proceder à análise das propostas em função do critério de adjudicação fixados e da sua conformidade formal e material com o disposto nas peças do procedimento, o júri elabora um relatório, devidamente fundamentado, no qual deve propor a ordenação e a exclusão das propostas (arts. 146º nº 1 e 2); b) audiência prévia: enviar o relatório preliminar a todos os concorrentes, fixando-lhe um prazo, não inferior a cinco dias, para se pronunciarem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia (arts. 147º e 123º); c) relatório final: elaborar um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia e se mantém ou se modifica o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor-se a exclusão de qualquer proposta se nesta fase ocorrer qualquer motivo legal para tal (art. 148º, nº 1); d) nova audiência prévia: no caso de ter proposto a exclusão de qualquer proposta nesta fase ou de ter alterado a ordenação das propostas, procede-se a nova audiência prévia (art. 148º, nº 2); e) aprovação das propostas do júri: o relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar, a quem cabe aprovar todas as propostas nele contidas (art. 148º, nº 3 e 4).

O que resulta desta fase é que o júri do concurso «deve propor» a ordenação das propostas, assim como também «deve propor» a exclusão das propostas e que cabe ao órgão competente para a decisão de contratar «decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final», nomeadamente para efeitos de adjudicação ou para efeitos de seleção das propostas ou dos concorrentes para a fase de negociação quando seja adotada essa fase. Ou seja, nos relatórios preliminar e final o júri faz propostas que submete à aprovação do órgão competente para a decisão de contratar.

Esta configuração dos atos pré-contratuais inseridos na fase de preparação da adjudicação, em que o júri propõe e o órgão decisor aprova, é a mesma em todos os tipos de procedimento de escolha do co-contratante: no ajuste direto (cfr. art. 124º, nº 1 e 4); no concurso público (o referido art. 148º); no concurso limitado por prévia qualificação (cfr. art. 186º, nº 1 e 4); no procedimento por negociação (cfr. art. 200º), e no diálogo concorrencial (cfr. 212º, nº 1 e 5).

Em todos estes procedimentos a lei impõe ao júri do concurso o dever propor a ordenação ou exclusão de propostas e de concorrentes e ao órgão decisor o poder de as aprovar ou rejeitar.

Em sentido técnico-jurídico, as propostas são informações que, além de conterem o resumo da matéria de facto sobre que versa a questão, a indicação dos pontos sobre que deve incidir a decisão e a menção das disposições legais aplicáveis, inclui ainda uma proposta concreta de decisão (cfr. art. 126º do CPA). Através delas, *“um sujeito administrativo emite um certo juízo em direcção a outro agente, no sentido de fazer clara a conveniência ou a necessidade da emissão dum acto”*, e portanto, têm a natureza de ato instrumental que não envolve uma decisão de autoridade, sendo antes um ato auxiliar relativamente a atos administrativos decisórios (cfr. Rogério Soares, Direito Administrativo, págs. 100 e 132).

Se, em princípio, não há dificuldade em classificar a proposta do júri do concurso como um ato instrumental, de natureza preparatória, que por si só não é idóneo a produzir uma transformação jurídica externa, já quanto à «aprovação» do órgão competente para a decisão de contratar pode questionar-se se a expressão é utilizada no sentido rigoroso que o direito administrativo lhe dá.

A aprovação define-se como um ato pelo qual um órgão da Administração exprime a sua concordância com um ato anterior praticado por outro órgão administrativo, e lhe confere eficácia (cfr. al. a) do art. 157º do CPA). Apesar de estarem interligados, o ato aprovado e o ato de aprovação, são atos administrativos de natureza diferente, emanados no exercício de competências diferentes. Como escreve Rogério Soares, o que o ordenamento jurídico pretende com a aprovação *«é, somente, que enquanto o acto aprobatório não se produzir, os efeitos do acto aprobando não se desenvolvem, se, como é normal, este acto já está perfeito»* (ob. cit. pág. 120).

Ora, se o júri emite apenas uma proposta, não qualificada com ato administrativo decisório, então a aprovação do órgão competente para decidir contratar não tem a natureza de aprovação no sentido referido. Neste caso, a circunstância de se empregar o termo “aprovação” não dá ao ato o «carácter de aprovação, pois o seu conteúdo é o da proposta aprovada. Como refere Marcello Caetano *«trata-se em rigor de mera homologação. Só há aprovação, portanto, quando esta constitui um acto autónomo que confira eficácia a outro acto anterior»* (cfr. Manual, Vol. I, pág. 462).

Temos assim que a fórmula verbal «aprovação de todas as propostas» constante do nº 4 do artigo 148º do CCP, assim como nas normas que a referem nos demais tipos de procedimento, pode ser interpretada de duas maneiras: como ato de homologação, um ato pelo qual o órgão decisor aceita uma proposta apresentada por outro órgão, convertendo-a em sua; como ato de aprovação, em que o órgão decisor exprime um juízo de conformidade relativamente à resolução contida num ato anterior, conferindo-lhe eficácia.

Para ter este último sentido era necessário que a proposta do júri do concurso definisse, ainda que potencialmente, a esfera jurídica dos concorrentes. Como no contencioso pré-contratual urgente podem ser objeto de impugnação quaisquer decisões administrativas relativas à formação do contrato (art. 100º do CPTA), até se pode admitir a impugnabilidade de decisões que, não possuindo eficácia externa, determinem definitivamente o conteúdo de um ato com eficácia externa. Digamos que, para esta forma processual, o conceito de ato impugnável pode ser mais amplo do que referido no artigo 51º do CPTA, podendo abranger também atos conformadores do conteúdo do ato lesivo. Deste modo, a “proposta” do júri de excluir uma das propostas concorrentes pode ter natureza potencialmente lesiva, na medida em que impede imediatamente que o júri a analise em função dos critérios de adjudicação e a ordene com as demais propostas, assim como torna muito provável que o órgão decisor a possa vir a aprovar.

Todavia, a admitir-se a impugnação imediata da “decisão” do júri que exclui a proposta, seria sempre uma impugnação do ato administrativo ineficaz, porque lhe faltava a aprovação do órgão decisor para desencadear os efeitos jurídicos externos. Apesar da falta da aprovação, a funcionar como requisito de eficácia, a impugnação seria possível nos termos da alínea b) do nº 1 artigo 54º do CPTA. Nas situações de eficácia diferida referidas nessa norma, o ato «pode» ser impugnado «desde que «seja seguro ou muito provável que o ato irá produzir efeitos».



Face ao entendimento supra vertido no que respeita à (in)impugnabilidade do, no concreto caso, 2.º Relatório Final e não obstante ter sido o mesmo, aquando da notificação aos concorrentes operada em 12.01.2016, acompanhado da decisão do órgão competente para contratar, entende esta Câmara Municipal, para evitar divergências de entendimento, apreciar a impugnação administrativa quer como Recurso Hierárquico – como parece depreender-se da intenção da impugnante – quer como reclamação – como será o legalmente adequado.

Por fim, face ao disposto no artigo 270.º do Código dos Contratos Públicos no que tange ao prazo de apresentação das impugnações administrativas, considera-se a presente, atendendo à data da notificação da decisão camarária e do 2.º Relatório Final e à data da sua interposição, como tempestivamente apresentada.

Admitida a presente Impugnação Administrativa, importa proceder à sua análise e apreciação, para o que, serão tidos em consideração os seguintes elementos documentais do Processo de Concurso:

- a) Programa de Procedimento do Concurso Público – Processo de Aquisição n.º 48/2015 – AP/DISU;
- b) Caderno de Encargos do Concurso Público – Processo de Aquisição n.º 48/2015 – AP/DISU;
- c) Relatório Preliminar do Júri de 05.11.2015 e respetivos Anexos;
- d) 1.º Relatório Final do Júri de 09.12.2015 e respetivos Anexos;
- e) 2.º Relatório Final do Júri de 07.01.2016;
- f) Impugnação Administrativa de 19.01.2016 da ECOAMBIENTE – Consultores de Engenharia, Gestão e Prestação de Serviços, S.A./PRAGOSA Ambiente, S.A.

Conforme resulta do disposto no n.º 1 do art.º 271.º do CCP “1 - O interessado deve expor, na reclamação ou no requerimento de interposição do recurso, todos os fundamentos da impugnação, podendo juntar os documentos que considere convenientes.”

Na impugnação administrativa apresentada peticiona-se a substituição e/ou modificação da decisão de exclusão e da proposta de não adjudicação que atinge a impugnante, pela verificação do exposto no art.º 184.º n.º 1 al. a) e n.º 2 do CPA.

Para tanto alega a impugnante, em suma, que a proposta apresentada não contraria o caderno de encargos e, como tal, não poderá ser excluída com fundamento de que a mesma não prevê concretamente todos os pontos daquele, na medida em que, não estando os parâmetros do caderno de encargos submetidos à concorrência, os mesmos estão, por natureza, cumpridos com a declaração de aceitação do mesmo.

Defende que na sequência da notificação do 1.º Relatório Final no qual se propunha a sua exclusão veio exercer o seu direito de audiência prévia, tendo requerido a alteração da proposta de exclusão indicando, para o efeito, quais os concretos pontos em que considerava que a mesma tinha sido erroneamente avaliada.

Defende que no 2.º Relatório Final, apesar de se reconhecer ter sido apresentado requerimento no âmbito do direito de audiência prévia, voltou a fundamentar-se a exclusão nos exatos termos do relatório anterior, não se tendo logrado fazer uma análise correta da sua proposta, não concordando com os fundamentos apresentados para a exclusão, entendendo não poderem ser os mesmos admitidos.

Defende que o ato de exclusão da proposta se mostra desconforme com o critério de adjudicação do procedimento, o do mais baixo preço, pois é este o único aspeto submetido

à concorrência para efeitos de avaliação, sendo que a previsão do art.º 70.º n.º 2 do CCP somente se aplica a termos ou condições da proposta que expressamente estejam em desconformidade com as cláusulas do caderno de encargos.

Os motivos invocados pelo Júri no 2.º Relatório Final de 07.01.2016 para a exclusão da proposta da impugnante constam da página 7 do relatório e consistem:

*“2.4. Proposta apresentada pelo concorrente n.º 8 Ecoambiente-Consultores de Engenharia, Gestão e Prestação de Serviços, SA/Pragosa Ambiente, SA pelos seguintes motivos:*

*a) Por apresentar termos ou condições que violam aspectos da execução do contrato a celebrar não submetidos à concorrência, de acordo com os artigos 146.º, n.º 2, alínea o) e 70.º, n.º 2, alínea b), do Código dos Contratos Públicos, na medida em que:*

*a1) Propõe um circuito de recolha de resíduos sólidos urbanos depositados em contentores de superfície que é realizado de segunda-feira a sábado (correspondentes aos designados circuitos Z4A e Z4B, época baixa), não contemplando por isso na sua proposta quatro circuitos diários de recolha de resíduos depositados em contentores de superfície sete dias por semana (de segunda-feira a domingo), em desrespeito da cláusula 5.ª, n.ºs 5 e 9, do caderno de encargos-cláusulas técnicas e da ata de prestação de esclarecimentos, de 26 de agosto de 2015;*

*a2) Propõe um circuito de recolha de resíduos sólidos urbanos depositados em contentores de superfície, designado Z3B (época baixa), em que estão representados dois contentores de superfície na Zona Desportiva da Marinha Grande e três contentores de superfície junto ao Parque Municipal de Exposições que não estão incluídos no circuito de recolha, não ficando assegurada a respetiva recolha diária (sete vezes por semana), em desrespeito do disposto na cláusula 5.ª, n.ºs 5, 10 e 11, do caderno de encargos-cláusulas técnicas;”*

Analisando os fundamentos expostos na impugnação administrativa aqui em causa, desde já se adianta entender-se que não assistir razão à impugnante, senão vejamos:

No caso do concurso público em apreciação, o critério de adjudicação fixado foi o do mais baixo preço, vd. n.º 1 do artigo 4.º do Programa de Procedimento, o que significa que “o caderno de encargos define todos os restantes aspectos da execução do contrato a celebrar, submetendo apenas à concorrência o preço a pagar pela entidade adjudicante pela execução de todas as prestações que constituem o objeto daquele” – cfr. artigo 74.º n.º 1 alínea b) e n.º 2 do Código dos Contratos Públicos. Ora, o critério de adjudicação do mais baixo preço significa que nada mais sendo levado à concorrência que não seja o preço, todos os demais fatores relacionados com a execução do contrato inserem-se no domínio dos termos ou condições regulados no caderno de encargos, o qual contém clausulado que é para aceitar integralmente e sem desvios, podendo concluir-se que não haverá pois lugar a propostas com cláusulas diferentes das que resultem do imperativamente estabelecido no Caderno de Encargos.

Não se querendo com isto significar que, nos procedimentos em que o critério é o do mais baixo preço, não se procede a qualquer análise das propostas, passando-se, imediatamente à sua avaliação com base nesse mesmo critério.

Na verdade, contrariamente ao que a impugnante pretende defender, a análise e avaliação das propostas não são um único procedimento nem se confundem, muito menos o preço mais baixo – sendo esse o critério adotado no procedimento em apreço, é o único requisito a ter em consideração nesse procedimento de análise. E isso mesmo é reconhecido pela própria impugnante, pois que, designadamente no seu art.º 12.º refere que “...sendo o critério de adjudicação o do mais baixo preço, tal significa que todos os elementos constantes do caderno de encargos não estão sujeitos à concorrência, estando, por defeito, cumpridos pela

*apresentação das propostas (desde que a proposta não contrarie claramente o caderno de encargos)."* **Bold e sublinhado** nosso

Ora, somente se poderia considerar que os elementos do caderno de encargos estariam, por defeito, cumpridos pela apresentação das propostas *se as mesmas o não contrariarem*. O que denota que haverá que existir uma análise, prévia à avaliação da proposta pelo critério adotado – o preço mais baixo – que determine o respeito escrupuloso do Caderno de Encargos.

Também Jorge Andrade da Silva, in Código dos Contratos Públicos, Comentado e Anotado, 3.<sup>a</sup> edição – 2010, Almedina, págs. 271 e 272, na anotação 2 ao art.º 70.º do CCP defende “2. O CCP parece estabelecer duas operações ou subfases distintas: a da análise das propostas, destinada a verificar se as propostas se encontram nas condições que, segundo as peças do procedimento, a lei e os regulamentos, têm de preencher para poderem ser consideradas com vista a uma eventual adjudicação, a que este artigo se reporta; a da avaliação das propostas, que se traduz na sua valoração à luz do critério de adjudicação, através dos factores e subfactores que o densificam e foram pré-estabelecidos no programa de procedimento ou no convite (artigo 139.º).

A avaliação das propostas pressupõe que estas passaram pelo “crivo” da sua análise para esse efeito e que, portanto, não foram excluídas por algum dos fundamentos enumerados no n.º 2 deste artigo (requisitos de ordem material) ou do n.º 2 do artigo 146.º (requisitos de ordem procedimental), que, neste caso, e como resulta da sua natureza, embora se reportem ao concurso público, devem considerar-se de aplicação geral aos restantes procedimentos, com as adaptações necessárias. A passagem por aquele “crivo” confere ao concorrente o direito de ver a sua proposta avaliada segundo o critério de adjudicação e os factores e subfactores que o densificam.

Aqueles fundamentos de exclusão das propostas têm em princípio a ver com aspectos substanciais ou formais considerados essenciais e cuja falta ou incorrecção, segundo a lei, obstam à sua apreciação e valoração e, por isso mesmo, são excluídas dessa operação.”

Também Mário Esteves de Oliveira e Rodrigo Esteves de Oliveira, in Concursos e Outros Procedimentos de Contratação Pública, Almedina, págs. 916 e 917, no Capítulo Quinto, identificam-no como “Fase de análise e avaliação das propostas” e, referem “Agora, nos procedimentos que corram sobre o império do CCP, já não existe o acto público e é apenas na fase da análise e avaliação das propostas que, além do mais, se averigua da sua conformidade formal e material com a lei e com as peças do procedimento, como também é nessa fase que se procede a um primeiro juízo sobre os concorrentes, é dizer, sobre se eles incorrem ou não em alguma situação que deva determinar, por razões subjectivas, a exclusão da sua proposta.

Esta novidade do CCP – de eliminar o acto público do concurso e de, em grande medida, concentrar numa única fase, por um lado, a verificação pelo júri dos requisitos de acesso de concorrentes e propostas (da legalidade delas, digamos assim) e, por outro lado, a sua apreciação sobre o respectivo mérito -, esta novidade, dizia-se, leva-nos a entender existir uma clara distinção entre as tarefas de análise e de avaliação das propostas, da qual encontramos aliás vestígios mais ou menos coerentes e precisos espalhados pelo Código.”

Aliás, no sumário do Acórdão do Tribunal de Contas n.º 18/2014 de 21.10.2014 que a impugnante invoca, nos pontos 2 e 3 do seu sumário, clarificam estas 2 fases a que se vem fazendo referência, ao referir “2. O que não é submetido à concorrência tem de ser cumprido tal como definido no caderno de encargos. As operações de análise das propostas dirigem-se a aferir do cumprimento dos requisitos obrigatórios do caderno de encargos e, nos termos do artigo 70.º, n.º 2, alínea b), do CCP, as propostas cujos atributos violem os parâmetros base do caderno de encargos ou cujos termos e condições violem aspectos por ele subtraídos à concorrência devem ser excluídas.

*3. O que é submetido à concorrência varia com as propostas e, por isso, tem de ser comparado e avaliado. As operações de avaliação das propostas destinam-se a avaliar (somente) os aspectos submetidos à concorrência, o que deve ser feito através de um modelo de avaliação das propostas, decomposto em factores e subfactores de adjudicação, respectivos atributos e escalas de avaliação.”*

No concreto caso e transpondo o supra vertido, verifica-se que, num primeiro momento, atendendo ao critério adotado, haverá uma fase de análise das propostas com vista a averiguar da sua conformidade e escrupuloso respeito pelo vertido no caderno de Encargos e, ultrapassada essa fase, entra-se na fase de avaliação onde, o critério a aplicar perante as concorrentes “admitidas” é o do preço mais baixo. No presente concurso, constatou-se que nenhuma das concorrentes passou a fase da análise, tendo sido decidida a sua exclusão em momento anterior à avaliação do critério adotado para o concurso.

Por fim, não se diga, como pretende a impugnante, que não estando os parâmetros do caderno de encargos submetidos à concorrência, os mesmos estão, por natureza, cumpridos com a declaração de aceitação do mesmo, pois que, como defendem Mário Esteves de Oliveira e Rodrigo Esteves de Oliveira, in Concursos e Outros Procedimentos de Contratação Pública, Almedina, pág. 934 *“Note-se que, nas situações descritas na al. b) do art.º 70.º/2 do CCP – como aliás em qualquer outra causa de exclusão onde isso pudesse servir de argumentação -, é irrelevante o facto de o concorrente ter subscrito a declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos do anexo I ao CCP ou o facto de, nos termos do artigo 96.º/5, o caderno de encargos prevalecer sobre a proposta quando haja divergência entre eles: se um atributo violar os parâmetros base ou se um termo ou condição violar um limite máximo e mínimo, a proposta deve ser excluída, não servindo aquela declaração ou prevalência para a legitimar.”*

Do exposto, aderindo-se integralmente, tal como já resulta da Decisão desta Câmara Municipal de 12.01.2016 aos 1.º e 2.º Relatórios Finais do Júri, respetivamente de 09.12.2015 e 07.01.2016 e que nesta sede se têm por integralmente reproduzidos para os devidos e legais efeitos, não se vislumbra nenhum dos vícios apontados pela impugnante ao 2.º Relatório Final, ainda que os fundamentos da presente impugnação sejam divergentes dos invocados em sede de audiência prévia ao 1.º Relatório Final e que não foram suscetíveis de alterar a deliberação que veio a ter reflexo no 2.º Relatório Final pelo que se decide à sua manutenção nos seus exatos termos. No que concretamente respeita à decisão deste Órgão de 12.01.2016 igualmente, atento o supra exposto e decisão proferida quanto ao 2.º Relatório Final, não se verificam demonstrados quaisquer fundamentos que determinem a sua substituição e/ou modificação, razão pela qual se mantém a mesma nos seus exatos termos em que foi proferida.

Desta forma, a Câmara Municipal da Marinha Grande, tendo em consideração a apreciação da Impugnação Administrativa apresentada pela Impugnante **ECOAMBIENTE – Consultores de Engenharia, Gestão e Prestação de Serviços, S.A./PRAGOSA Ambiente, S.A.** e atendendo aos fundamentos supra explanados delibera não conceder provimento à Impugnação Administrativa em causa porque improcedente já que se não verificam nenhum dos vícios que na mesma são apontados, decidindo nessa sequência manter nos seus exatos termos o 2.º Relatório Final e, bem assim, a deliberação que sobre o mesmo incidiu de, concordando com o teor do 1.º e 2.º Relatório Final do Júri, datados, respetivamente, de 09.12.2015 e 07.01.2016, deliberar, nos termos do art.º 79.º n.º 1 al. b) do Código dos Contratos Públicos e de acordo com o disposto na al. f) do n.º 1 do art.º

**33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12.09, não adjudicar o contrato objeto do procedimento com referência P.A. n.º 48/2015-AP/DISU – “Recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos produzidos no concelho da Marinha Grande.”**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Voto em não dar provimento à impugnação administrativa tendo por base os fundamentos constantes do processo, designadamente os invocados no 1.º Relatório Final, e conforme argumentaram os juristas Sr. Dr. Victor Faria e Sr. Dr. Bruno Jorge.”*

**A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Das explicações que nos foram dadas pelo Gabinete Jurídico do Dr. Victor Faria resulta menos preocupação quanto ao concurso que deliberámos lançar por 5 meses.*

*Quanto ao concurso público internacional a lançar previsivelmente em agosto de 2016, a “pedra de toque” está no cuidado na elaboração do respetivo clausulado, o qual deverá conter cláusula que iniba qualquer direito indemnizatório da empresa à qual se adjudicar a prestação desse serviço em função do resultado de eventuais impugnações contenciosas em curso.*

*Deverá assim a redação do clausulado ser efetuada pela Divisão Jurídica da Câmara Municipal em estreita articulação com o escritório do Dr. Victor Faria.”*

**O Sr. Vereador Vítor Pereira subscreveu a declaração de voto da Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho.**

**2 - APROVAÇÃO DO MAPA DE FLUXOS DE CAIXA DA GERÊNCIA ANTERIOR, ANO DE 2015, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO PONTO 2.6 - ESPECIFICIDADES DO TRATAMENTO CONTABILÍSTICO DAS OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO POCAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO DECRETO - LEI N.º 54-A/99 DE 22 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL**

44 - Nos termos do ponto 2.3.4.4. do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, na sua redação atual, o mapa de fluxos de caixa apresenta os recebimentos e pagamentos associados à execução do orçamento e às demais operações que afetam a tesouraria, evidenciando ainda os saldos iniciais e finais.

Nos termos do disposto no ponto 2.6.1. do mesmo diploma, a utilização do saldo da gerência deve ser efetuada depois de aprovado o mapa de “Fluxos de Caixa” da gerência anterior.

Considerando que atento o preceituado na alínea a) do n.º 3 do art.º 5.º do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, os saldos transitados do ano anterior cuja utilização tenha sido autorizada nos termos da legislação em vigor integram os fundos disponíveis.

Considerando que a FAQ n.º 5 da DGAL, no seu Manual de Apoio à aplicação da LCPA no Subsetor da Administração Local, Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado e republicado em anexo à Lei n.º 22/2015 de 17 de março e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterada e republicada em anexo ao Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua que “ (...) o saldo de gerência de operações orçamentais do ano anterior pode ser utilizado para cálculos dos fundos disponíveis, ao abrigo do previsto na alínea a) do n.º 3 do artigo 5.º do DL 127/2012, e tendo em conta a especificidade no que se refere à sua utilização na administração local, encontrando-se esta receita disponível para utilização a muito curto prazo, sendo esta utilização distinta da integração do saldo de gerência no orçamento que ocorre após a aprovação de contas. (...) ”.

Considerando parecer da ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses no qual é referido que “ (...) tendo em conta que na Administração Local a utilização do saldo de gerência é específica e distinta da Central, constituindo esta uma receita disponível a muito curto prazo, o que remete para o conceito de fundos disponíveis, poderá o mesmo ser considerado para efeitos do cálculo dos fundos disponíveis (...) ”.

Considerando que o mapa em ANEXO I consagra o Mapa dos “Fluxos de Caixa” a 31.12.2015 e que este apresenta um saldo para a gerência seguinte de 8.073.885,68 euros, dos quais 7.258.380,92 euros respeitam a Dotações Orçamentais e 815.504,76 euros que respeitam a Dotações não Orçamentais (saldo de operações de tesouraria).

Considerando que o nível de compromissos a assumir em 2016 tem de conformar os compromissos já assumidos e por pagar à data de 31.12.2015, devendo estes ser objeto de registo contabilístico em janeiro de 2016, importa proceder à utilização do saldo para a gerência seguinte das Dotações Orçamentais do ano anterior, ano de 2015, no montante de 7.258.380,92 euros, para o cálculo dos fundos disponíveis de 2016, atento o disposto na alínea a) do n.º 3 do art.º 5.º do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual.

Atentos os motivos expostos e a documentação em anexo a Câmara Municipal delibera aprovar o mapa dos “Fluxos de Caixa” da gerência anterior, ano de 2015, atento o preceituado na alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e submetê-lo à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea l), do n.º 2, do artigo 25º, do mesmo diploma, aquando da remessa a este órgão deliberativo dos Documentos de Prestação de Contas de 2015, por fazerem parte integrante do mesmo.

**Nos termos do preceituado no n.º 2 do art.º 33.º do Regulamento de Execução Orçamental do ano de 2016, aprovado em conjunto com os Documentos Previsionais de**

**2016 em sessão da Assembleia Municipal de 15 de dezembro de 2015, dá-se conhecimento que o saldo transitado da gerência de 2015 para 2016 ascende a 7.258.380,92 euros.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**3 - AUMENTO TEMPORÁRIO DE FUNDOS DISPONÍVEIS – AUTORIZAÇÃO, A TÍTULO EXCEPCIONAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 4.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL E DO N.º 2 DO ART.º 6.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL**

45 - Considerando que a alínea f) do art.º 3 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 22/2015 de 17 de março, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, adiante designada por LCPA, preceitua que «Fundos disponíveis» são as verbas disponíveis a muito curto prazo, que incluem, quando aplicável, e desde que não tenham sido comprometidos ou gastos, outros montantes autorizados nos termos do art.º 4.º do mesmo diploma legal.

Considerando que o art.º 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, LCPA, determina que, a título excecional, podem ser acrescidos aos fundos disponíveis outros montantes, desde que expressamente autorizados pela Câmara Municipal.

Considerando que o n.º 2 do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterada e republicada em anexo ao Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, determina que o aumento temporário dos fundos disponíveis a que se refere o art.º 4.º da LCPA só pode ser efetuado mediante recurso a montantes a cobrar ou a receber dentro do período compreendido entre a data do compromisso e a data em que se verifique a obrigação de efetuar o último pagamento relativo a esse compromisso.

Considerando o mapa em anexo I e considerando que a despesa inerente se consubstancia na assunção de compromissos pelo seu valor integral, atento o disposto no n.º1 do art.º 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual.

**A Câmara Municipal delibera autorizar o aumento temporário dos fundos disponíveis no montante de 1.174.481,44 euros, por antecipação da receita proveniente do Imposto Municipal sobre Imóveis, Imposto Único de Circulação e Derrama a arrecadar no decorrer do ano de 2016, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 22/2015 de 17 de março, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, considerando o estrito cumprimento dos limites estabelecidos no n.º 2 do art.º 6 do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterada e republicada em anexo ao Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**4 - CUMPRIMENTO DO PRECEITUADO NA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 15.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL - DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS EXISTENTES A 31 DE DEZEMBRO DE 2015, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ART.º 15.º DO MESMO DIPLOMA**

46 - Presente informação de 22 de janeiro de 2016 da Divisão Financeira e de Tecnologias de Informação, em anexo, a informar que nos termos do preceituado na alínea c) do n.º 2 do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, deve ser apresentada à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, até 31.01.2016, declaração dos compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2015, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 15.º do mesmo diploma.

Para cumprimento do enunciado na legislação supra, apresenta-se em anexo, declaração emitida pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, Paulo Jorge Campos Vicente, a declarar que os compromissos plurianuais existentes à data de 31.12.2015 se encontram devidamente registados na Base de Dados do Município da Marinha Grande, aplicação de Contabilidade, pelos montantes que constam do quadro infra:

<i>Ano</i>	<i>Montante</i>
2016	6.543.859,71 €
2017	2.004.939,73 €
2018	1.455.512,89 €
2019	508.429,12 €
Seguintes	672.150,61 €
<b>TOTAL</b>	<b>11.184.892,06 €</b>

**A Câmara Municipal, após análise da documentação anexa, delibera tomar conhecimento da declaração de compromissos plurianuais existentes à data de 31 de dezembro de 2015 e mapa anexo.**

**Mais delibera submetê-los à apreciação da Assembleia Municipal, para cumprimento do preceituado na alínea c), do n.º 2, do artigo n.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual e em cumprimento do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**



Reunião extraordinária da  
Câmara Municipal da Marinha  
Grande realizada no dia  
26/01/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 04

**5 - CUMPRIMENTO DO PRECEITUADO NA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 15.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL - DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS EM ATRASO EXISTENTES A 31 DE DEZEMBRO DE 2015, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ART.º 15.º DO MESMO DIPLOMA**

47 - Presente informação de 22 de janeiro de 2016 da Divisão Financeira e de Tecnologias de Informação, em anexo, a informar que nos termos do preceituado na alínea c) do n.º 2 do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, deve ser apresentada à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, até 31.01.2016, declaração dos pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2015, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 15.º do mesmo diploma.

Para cumprimento do enunciado na legislação supra, apresenta-se em anexo, declarações emitidas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, Paulo Jorge Campos Vicente, a declarar todos os pagamentos e recebimentos em atraso existentes à data de 31.12.2015.

**A Câmara Municipal, após análise da documentação anexa, delibera tomar conhecimento das declarações de pagamentos e recebimentos em atraso existentes à data de 31 de dezembro de 2015.**

**Mais delibera submetê-los à apreciação da Assembleia Municipal, para cumprimento do preceituado na alínea c), do n.º 2, do artigo n.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual e em cumprimento do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**6 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ART.º 128.º DO CCP E NOS TERMOS DO PRECEITUADO NO N.º 5 DO ART.º 75.º DA LEI N.º 82-B/2014 DE 31 DE DEZEMBRO, LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO DE 2015.**

48 - O Decreto-Lei n.º 253/2015, de 30 de dezembro, preceitua, no seu objeto, que o regime transitório de execução orçamental, previsto no artigo 12.º-H da Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 41/2014, de 10 de julho, deve obedecer ao estabelecido neste decreto-lei, até à entrada em vigor da Lei do Orçamento do Estado para 2016, considerando que, por força desse artigo, mantido em vigor *ex vi* n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, foi determinada a prorrogação da vigência da Lei do Orçamento do Estado do ano anterior, 2015, designadamente nas situações em que não tenha sido apresentada a proposta de lei do Orçamento do Estado.

Considerando a relação de serviços a contratar que consta do Anexo 1, atentas as requisições internas emitidas pelas várias unidades orgânicas da Câmara Municipal da Marinha Grande, nas quais se justifica a necessidade da sua contratação.

Considerando que nos termos do disposto no n.º 14 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro é preceituado que: “(...)Com exceção dos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença, estão excecionados do parecer prévio previsto no n.º 5, a celebração e ou as renovações de contratos de aquisição de serviços até ao montante de € 5 000(…).”

Considerando que nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e conforme o disposto no art.º 10.º da mesma, trata-se de um contrato de tarefa quando estamos perante a execução de trabalhos específicos de natureza excecional, não podendo exceder o termo do prazo contratual inicialmente estabelecido.

Considerando que existe a dúvida, na presente data, se os serviços a contratar constantes da lista em Anexo 1 consubstanciam um contrato de tarefa e/ou avença, sendo que, se aguarda orientação clarificadora já requerida à CCDRC sobre esta matéria, conforme nosso ofício n.º S/500/2015, de 11/02/2015, do qual se anexa cópia.

Considerando que os contratos que se pretendem celebrar têm valor estimado inferior a 5.000,00€, sem IVA, e que atento o preceituado supra, não é claro que estes estejam excecionados da obtenção do parecer prévio previsto no n.º 5, do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, nos termos do n.º 14 do mesmo artigo.

Assim sendo e considerando que,

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei nº 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- Existência de cabimento orçamental;
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei 75/2014, de 12 de Setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e, ou, contraparte.

E atendendo a que,

- a) A globalidade das tarefas que constam dos processos referenciados no Anexo 1 serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

- b) Se encontra inscrito em Orçamento da Despesa de 2015 a dotação para a assunção das despesas no ano de 2015 para a contratação dos serviços constantes do Anexo 1, tendo sido emitidos os cabimentos pelo serviço de Contabilidade.
- c) O procedimento a adotar em todos os processos que constam do Anexo 1 é o Ajuste Direto Regime Simplificado, previsto nos artigos 128.º e 129.º ambos do Código dos Contratos Públicos e que em sede de pedidos de orçamento, será devidamente validada a situação de cada entidade consultada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, não sendo emitida qualquer adjudicação sem documento que ateste a existência de situação regular, pelo que, se afigura, face aos elementos constantes de cada um dos processos identificados no Anexo 1, da inexistência de qualquer impedimento à contratação das entidades referidas no anexo.
- d) É efetuada a demonstração do cumprimento da aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de Setembro, nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82 -B/2014, de 31 de dezembro e no artigo 2º da Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro, conforme documentos apensos a cada um dos processos constantes do Anexo 1.

Nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica aos contratos que se pretendem celebrar, por os pagamentos inerentes a cada serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2015, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

**Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6, do artigo 75º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação dos serviços referidos no Anexo 1.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

## **7 - PROGRAMA DE APOIO AO INVESTIMENTO INDUSTRIAL NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE**

49 - Considerando que o concelho da Marinha Grande é marcadamente industrial e que essa constitui a sua marca de referência.

Considerando que os municípios podem e devem assumir-se como parceiros e agentes estimuladores do investimento económico privado.

Considerando que, no âmbito das suas competências, esta autarquia pode criar condições que favoreçam o investimento industrial.

Considerando que a criação de emprego por parte dos investidores deve ser o critério determinante na definição de medidas que favoreçam o investimento industrial.

Assim, a Câmara Municipal delibera manter em vigor o Programa de apoio ao investimento industrial no concelho da Marinha Grande: 2015, aprovado por deliberação camarária de 22/01/2015, até 31 de julho de 2016.

Mais delibera que aos processos pendentes se aplique o presente Programa.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Aurélio Ferreira.

**O Sr. Vereador Carlos Logrado proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Tendo em conta que esta prorrogação de deliberação tem como objectivo principal melhorar o documento de incentivo, e em minha opinião poder incluir empresas de outras áreas, que não industriais, voto favoravelmente.”*

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Manter prorrogando o programa de apoio apresentado em 2015, não tendo em conta a proposta de alargar do investimento industrial ao desenvolvimento económico, abarcando todas as actividades é incorrecto.*

*É o terceiro ano em que discutimos alargar este programa a outras actividades. Em 2014 foi dito então pelo vice-presidente vereador Paulo Vicente, hoje presidente, que “entende que agora se deverá aprovar este programa e orientar a acção para a elaboração de um outro para outras áreas.” Afinal foi apenas retórica, dado que o programa ora apresentado e prorrogado, é igual, e abarca de novo apenas o investimento industrial não tendo este executivo a visão de elaborar um outro para outras áreas. Em Abril de 2014 apresentei uma proposta que abrangia todas as actividades económicas, e apesar do Sr. Presidente de então ter feito uma reunião para discutir este programa porque “se iria mexer no programa tendo em conta a realidade do concelho”, o facto é que o executivo permanente a recusou. A Marinha Grande vai muito além da indústria e cada vez será mais uma cidade de serviços, de engenharia e design, de turismo, não deixando morrer o comércio. Esta proposta cria discriminações, desigualdades e injustiças entre munícipes e actividades económicas.*

*Dado que o RMEU (Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização), no seu art.º 119.º, concede “isenções e reduções de taxas” a empresas e pessoas singulares, desde que satisfaçam determinadas condições, como exemplo, o da obra ser de interesse social e económico, não se entende para que serve este programa de apoio ao investimento industrial quando já está abrangido pelo RMEU. Aliás, o programa ora apresentado é ainda mais restritivo, pois para além de ser discriminador, obriga a criação de postos de trabalho, aspecto que não é exigido no RMEU. Se o executivo permanente utilizar o instrumento que o Art 119.º do RMEU lhe concede, não precisa de criar mais programas, a*

*não ser que seja para propaganda política, ou como diziam os vereadores da CDU em 21 de Fevereiro de 2013 “uma medida manifestamente eleitoralista”.*

*Aliás este facto foi já reconhecido por membros do então executivo permanente, como ficou registado na reunião de 3 de Abril de 2014. Sobre a minha proposta referente ao alargamento da medida a todas as actividades económicas e em especial para a hotelaria, o vereador Vítor Pereira refere que “para a actividade hoteleira não é tão favorável como a do RMEU”. Então, se assim é, porque votar favoravelmente a prorrogação do mesmo programa?*

*Se o objectivo é combater o desemprego, incentivar o investimento, criar riqueza e postos de trabalho, faça-se com base no RMEU e deste modo abarca-se, para além da indústria, a hotelaria, a restauração, o comércio, os serviços, as empresas de engenharia e design, portanto qualquer que seja o sector desde que cumpra os objectivos e requisitos. Os apoios devem ser entendidos como investimentos, pois aquilo que a Câmara agora dá de benefício, vai buscar em impostos directos como sejam o IMI, o IRS, a derrama.*

*Lamento ainda que não se tenha tido em conta neste programa a condicionante de que as empresas devam ter sede social no concelho e deste modo se garanta que pagam cá os seus impostos.*

*Se se apresenta um programa para o investimento industrial, porque não se apresenta para outras actividades? Criar postos de trabalho na área da engenharia, não tem o mesmo significado que na indústria? Os motoristas desempregados não têm a mesma importância que os fresadores em situação de desemprego?*

*Em 2014 o executivo permanente apregoou a “Marinha Grande centro da engenharia & design”, faria sentido que existissem um conjunto de medidas conducentes a este objectivo, podendo este ser um dos programas estimuladores da dinamização destas actividades locais. No entanto, se uma empresa deste sector quisesse aqui instalar-se não tem apoio ao abrigo deste programa. É simplesmente ridículo.*

*Por tudo isto esta proposta não é justa, é discriminatória, não permite que todos os sectores de actividade beneficiem de igual modo de medidas estimuladoras da criação de emprego e de actividades produtivas, garantindo a equidade entre todos/as os/as que, nos dias de hoje, têm a coragem de investir e promover o desenvolvimento económico e social. Só assim podemos afirmar que a igualdade se aproxima da justiça praticada pela administração pública local.*

*Deste modo:*

- 1. Apesar de concordar com o apoio ao investimento que crie riqueza e postos de trabalho;*
- 2. Por não concordar com a discriminação de actividades económicas que cumpram tais requisitos;*
- 3. Por ter proposto uma alteração ao programa de 2014, onde colocava todos os sectores na mesma base de igualdade; o executivo permanente de então ter votado contra; e por o actual executivo permanente continuar a não a considerar;*
- 4. Por a câmara poder ter feito a alteração adequada e estando no quarto ano ainda não o ter feito;*

*não posso concordar com este redutor programa de apoio ao desenvolvimento e como tal voto contra.”*

Reunião extraordinária da  
Câmara Municipal da Marinha  
Grande realizada no dia  
26/01/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 04

**O Sr. Vereador Vítor Pereira proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Voto favoravelmente a proposta apresentada tendo em consideração que se trata de uma prorrogação e não de um novo regulamento.*

*Além disso, o horizonte temporal de aplicação é até 31 de julho de 2016, tendo sido estabelecido que até essa data estaremos em condições de aprovar novas regras definidoras de incentivos à atividade económica no concelho da Marinha Grande.”*

**A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho subscreveu a declaração de voto do Sr. Vereador Vítor Pereira e declarou o seguinte:**

*“Subscribo esta declaração apenas acrescentando que pese embora não constar da deliberação, resultou o compromisso expresso do executivo permanente de até à referida data de 31 de julho de 2016 apresentar nova redação para o regulamento, tendo sido esse, aliás, o motivo que levou a que fosse feita a prorrogação aprovada.”*

**O Sr. Vereador Vítor Pereira subscreveu a declaração de voto da Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho.**

**O Sr. Presidente proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Votei favoravelmente esta proposta de modo a contribuir e incentivar o investimento no concelho, tendo como contrapartida a criação de postos de trabalho, contribuindo assim para o aumento da riqueza no concelho.*

*Em sede de alteração do RMEU, em curso, outras medidas poderão vir a ser regulamentadas especificamente.*

*Por fim, quero reiterar que a Câmara é composta por 7 elementos e todos temos os mesmos direitos, nomeadamente de fazer propostas e submetê-las ao sufrágio do órgão executivo.”*

**A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira subscreveu a declaração de voto do Sr. Presidente.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA**

50 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 12:30 horas.

Reunião extraordinária da  
Câmara Municipal da Marinha  
Grande realizada no dia  
26/01/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 04

No final foi elaborada esta ata, que eu, **Maria Fernanda Carvalho Vaz**,  
Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º  
75/2013, de 12 de setembro.

**O Presidente**

**A Secretária da reunião**